

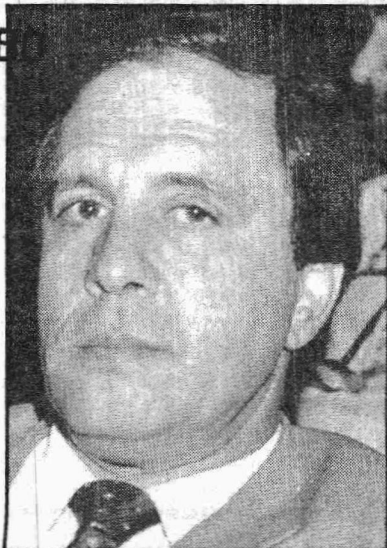
Empresários: congelamento não resolve

LEDICE ARAÚJO O GLOBO

Os empresários de supermercados, responsáveis por 80% do abastecimento do país, já admitem a possibilidade de mudança do presidente da República e do ministro da Economia, hipóteses de que não cogitavam há bem pouco tempo. Mas não querem ouvir falar de congelamento ou tabelamento para conter a alta acentuada dos preços nos últimos meses, provocada pela crise política. Classificam a medida de ultrapassada, por estimular o desrespeito da indústria e do atacado, o desabastecimento no varejo e a explosão dos preços devido à defasagem.

— Tabelamento só interessa ao fiscal da Sunab — resumiu Ramiro Alves, dono do Supermercado Barra.

Para a maioria dos empresários, o controle da inflação e a reorganização da economia só serão conseguidos com a reforma fiscal, a contenção dos gastos

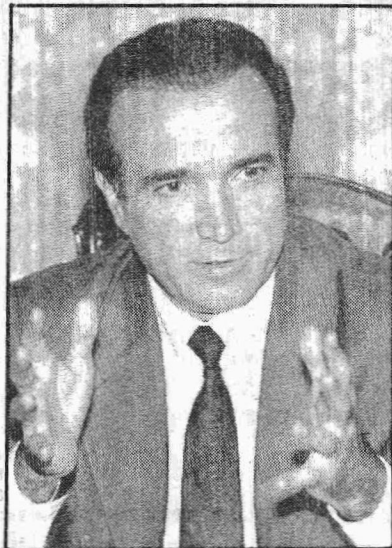


Manoel Fontes, do Três Poderes

28 SET 1992

públicos e o saneamento financeiro. Eles defendem a continuação dos programas de privatização, modernização e de abertura de mercado.

— Não podemos deixar o país morrer — disse o presidente da



Levy Nogueira, presidente da Abras

Associação dos Supermercados do Rio de Janeiro, Aylton Fornari.

Ele disse que a reforma fiscal é fundamental e urgente, mas admite que a proposta oficial significará simplesmente um au-

mento de impostos. Por isso, engrossa a lista dos que defendem o imposto único.

O empresário Arthur Sendas, dono da quarta rede de supermercados do país, está convicto de que a inflação não cai sem o ajuste fiscal, que, em sua opinião, poderia ter de cinco a seis impostos, no máximo. Para ele, a política atual está exaurida por causa dos juros altos. Mas frisa que ninguém trabalha com o cenário de tabelamento, pois tanto a indústria como o varejo não têm campo para altas acentuadas porque operam com o objetivo de sair do vermelho e não perder mais clientes.

Para Manoel Fontes, do Três Poderes, adotar o controle de preços agora é incorrer nos mesmos erros do passado. Segundo ele, o processo de abertura de mercado deve ser levado adiante, embora o fundamental seja a eliminação das causas da inflação, como a máquina administrativa inchada, a tributação injusta e as saídas ilegais de recursos públicos.